

**NOME DO CANDIDATO**

**ASSINATURA DO CANDIDATO**

**RG DO CANDIDATO**

**LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO**

**INSTRUÇÕES GERAIS**

- I. Nesta prova, você encontrará 06 (seis) páginas numeradas sequencialmente, contendo 40 (quarenta) questões correspondentes às seguintes disciplinas: Língua Portuguesa (10 questões), Noções de Informática (10 questões) e Conhecimentos Específicos (20 questões).
- II. Verifique se seu nome e número de inscrição estão corretos no cartão de respostas. Se houver erro, notifique o fiscal.
- III. Assine e preencha o cartão de respostas nos locais indicados, com caneta azul ou preta.
- IV. Verifique se a impressão, a paginação e a numeração das questões estão corretas. Caso observe qualquer erro, notifique o fiscal.
- V. Você dispõe de 3 (três) horas para fazer esta prova. Reserve os 30 (trinta) minutos finais para marcar o cartão de respostas.
- VI. O candidato só poderá retirar-se do setor de prova 1 (uma) hora após seu início.
- VII. O candidato não poderá levar o caderno de questões. O caderno de questões será publicado no site do IBFC, no prazo recursal contra gabarito.
- VIII. Marque o cartão de respostas cobrindo fortemente o espaço correspondente à letra a ser assinalada, conforme o exemplo no próprio cartão de respostas.
- IX. A leitora óptica não registrará as respostas em que houver falta de nitidez e/ou marcação de mais de uma alternativa.
- X. O cartão de respostas não pode ser dobrado, amassado, rasurado ou manchado. Exceto sua assinatura, nada deve ser escrito ou registrado fora dos locais destinados às respostas.
- XI. Ao terminar a prova, entregue ao fiscal o cartão de respostas e este caderno. As observações ou marcações registradas no caderno não serão levadas em consideração.
- XII. É terminantemente proibido o uso de telefone celular, pager ou similares.

**Boa Prova!**

DESTAQUE AQUI

**GABARITO DO CANDIDATO - RASCUNHO**

Nome:

Assinatura do Candidato:

Inscrição:

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
<input type="checkbox"/>																								
26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40										
<input type="checkbox"/>																								

# RASCUNHO

Para responder às questões de 1 a 4, leia a crônica abaixo.

**Somos todos vítimas**

Ivan Angelo

Num domingo frio de início do inverno, a população de São Paulo ficou chocada com uma cena jamais vista na cidade. A capa do jornal Estadinho trazia uma fotografia que ocupava toda a largura da página e mostrava uma família de seis pessoas, homem, mulher e quatro crianças, louros, de olhos azuis, morando sob o Viaduto do Chá, sem ter o que comer, com apenas a roupa do corpo e uma cuia de chimarrão que o homem tomava. O assunto dominou as conversas naquele 2 de junho de 1918 e invadiu a semana. Como era possível tal cena na metrópole que mais crescia no país? Que gente era aquela? O homem, argentino, trabalhara na grande fazenda de café do milionário Martinho Prado, havia contraído maleita, fora despedido e depositado com a família na capital, entregue à própria má sorte.

Noventa e cinco anos depois, as cenas mais vistas na cidade são de famílias dormindo na rua, sem ter o que comer, sem roupas e sem chimarrão, e de bandos de miseráveis drogados. No passado, vimos chocados um caso inédito; hoje, olhamos com anestesia da indiferença para a malta de zumbis e grupos de desvalidos, quando não os vemos com silenciosa revolta ou cauteloso receio. Como deixaram nossa cidade chegar a esse ponto? Como não fomos capazes de impedir esse horror quando era possível?

Foram vindo. Das injustiças sociais vieram, dos fracassos pessoais, das famílias desestruturadas, das fugas, das frustrações, das secas nordestinas e amorosas vieram, do abandono, das fragilidades e inseguranças, das revoltas sem rumo vieram, do alcoolismo, dos pais ausentes, da escola ausente, das bravatas imaturas, dos reformatórios vieram, dos abusos, dos maus-tratos, dos baratos, das baladas, da má educação, das carências, da falta de lugar, da doença mental vieram, da baixa estima, das prisões, do risco mal calculado, dos refúgios da alma vieram... — e formaram essas multidões que nos assustam.

Há alguns anos (dez?) dizia-se: é a Cracolândia, estão restritos à Cracolândia. Aquela água envenenada começou a vazar: Luz, Sé, Brás, Bom Retiro, Centro, Parque Dom Pedro, Cambuci, Mooca, Tatuapé, Campos Elíseos, Santa Cecília, Higienópolis, Avenida Paulista, baixos dos viadutos Rebouças e Doutor Arnaldo. Os moradores de Perdizes veem, consternados, que os caídos já amanhecem dormindo na porta dos seus prédios e casas. As ações espasmódicas das autoridades o que fizeram foi espalhá-los pela cidade.

Que fazer?

Pobres de nós, perplexos. Brotam sentimentos xenófobos até nos melhores. São um risco para a saúde pública, dizem, disseminam doenças, aids, hepatites, tuberculose, sarna, micoses. Perguntam o que é pior para o conceito de cidade limpa: uma placa irregular, que vai gerar propina, ou um maltrapilho defecando e urinando na rua? Se alguém bem vestido fizer isso, será levado para a delegacia, enquadrado em algum ato de atentado ao pudor.

Esses bandos de crianças e adolescentes que perambulam pelas ruas praticando furtos e fumando crack são as peças de reposição da malta de zumbis, advertem. Perguntam, punitivos: são infratores, malfeitores, criminosos ou o quê? Em que lei se enquadram? É enquadrá-los e agir. Afirmam: estão sendo exportados para São Paulo, as autoridades devem mandá-los de volta, cuidar dos nossos e mandar o resto de volta.

Estamos precisados de tanta coisa para nos tornar melhores e vem essa coisa a nos empurrar para o lado mais escuro de nós. Precisamos nos lembrar de que há uma mãe procurando seu menino desaparecido no meio daqueles bandos, para oferecer-lhe um banho quente entre uma queda e outra; há uma irmã que guardou a boneca da caçula para quando a encontrar; há uma filha tentando salvar o pai já idoso e perdido; há uma esposa com filho à procura do marido, ainda com esperança... Há histórias... Há lágrimas... Há vítimas dos dois lados.

**1) Considere as afirmativas a seguir.**

- I. No início do século XX, a família na rua chocou a população apenas porque o homem era estrangeiro.
- II. O autor apoia integralmente as medidas higienizadoras da cidade, que expulsam os moradores da rua.

**De acordo com o texto, está correto o que se afirma em**

- a) somente I
- b) somente II
- c) I e II
- d) nenhuma

**2) Considere as afirmativas abaixo.**

- I. No título, ao colocar o verbo na primeira pessoa do plural, o autor se inclui como vítima.
- II. De acordo com o texto, hoje estamos acostumados com os moradores de rua, por isso eles não nos provocam mais sentimentos.

**Está correto o que se afirma em**

- a) somente I
- b) somente II
- c) I e II
- d) Nenhuma

**3) A palavra “imaturas” é formada por**

- a) justaposição
- b) aglutinação
- c) derivação
- d) abreviação

**4) Considere o período e as afirmativas a seguir.**

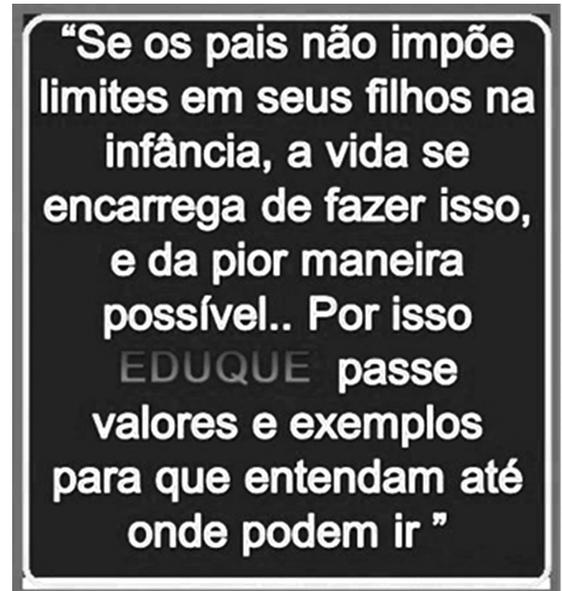
Os moradores de Perdizes veem, consternados, que os caídos já amanhecem dormindo na porta dos seus prédios e casas.

- I. A locução “de Perdizes” e o adjetivo “consternados” exercem a mesma função sintática.
- II. O período é composto por subordinação.

**Está correto o que se afirma em**

- a) somente I
- b) somente II
- c) I e II
- d) nenhuma

**5) O texto abaixo foi compartilhado em redes sociais.**



**Considere as afirmativas abaixo.**

- I. Há um erro de concordância verbal.
- II. Há um problema de regência.
- III. Há problemas na pontuação.
- IV. A palavra “se” é um pronome reflexivo nas duas vezes em que é utilizada.

**Está correto que se afirma em**

- a) I, II, III e IV.
- b) I, II e III, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e IV, apenas.



6) Considere as afirmativas a seguir.

- I. As falas da professora e do aluno indicam que ambos entenderam a palavra “sujeito” no mesmo sentido.
- II. O termo “mané” foi empregado no sentido conotativo.

Está correto o que se afirma em

- |       |            |
|-------|------------|
| a) I  | c) I e II  |
| b) II | d) nenhuma |

7) Considere as afirmativas a seguir.

- I. Sintaticamente, o sujeito da oração na lousa é classificado como simples.
- II. O verbo empregado na oração escrita na lousa é transitivo direto.

Está correto o que se afirma em

- |       |            |
|-------|------------|
| a) I  | c) I e II  |
| b) II | d) nenhuma |

8) Considere os períodos abaixo.

- I. Tratam-se de questões polêmicas.
- II. Consertou-se os aparelhos.

A concordância está correta em

- |       |            |
|-------|------------|
| a) I  | c) I e II  |
| b) II | d) nenhuma |

9) Considere a oração e as afirmativas a seguir.

Precisa-se de funcionário com experiência.

- I. A oração encontra-se na voz passiva.
- II. O sujeito é indeterminado.

Está correto o que se afirma em

- |       |            |
|-------|------------|
| a) I  | c) I e II  |
| b) II | d) nenhuma |

10) Assinale a alternativa que completa corretamente a lacuna.

O rapaz contou uma história \_\_\_\_\_ não acreditei.

- |           |           |
|-----------|-----------|
| a) que    | c) em que |
| b) a qual | d) onde   |

11) Os botões de ação do Microsoft PowerPoint 2007, no modo de apresentação de slides, além de executarem filmes ou sons, contêm formas como setas para direita e para esquerda e símbolos de fácil compreensão referentes às ações:

- a) De finalização de toda a apresentação.
- b) De temporização de cada slide da apresentação.
- c) De transição entre cada slide da apresentação.
- d) De ir para o próximo, anterior, primeiro e último slide.

12) URL é basicamente um endereço de um recurso disponível em uma rede com a seguinte estrutura: protocolo://máquina/caminho/recurso. Portanto, em 'protocolo' **NÃO** pode ser iniciado com:

- |          |           |
|----------|-----------|
| a) ftp.  | c) usb.   |
| b) http. | d) HTTPS. |

13) Após a instalação do suplemento **Salvar como PDF ou XPS** para o 2007 Microsoft Office System, pode-se gravar arquivos em PDF dos seguintes aplicativos:

- a) Word 2007, Excel 2007 e PowerPoint 2007.
- b) Somente do Word 2007 e Excel 2007.
- c) Somente o Word 2007 e PowerPoint 2007.
- d) Somente o PowerPoint 2007 e Excel 2007.

14) Quanto ao Correio Eletrônico, assinalar (F) Falso ou (V) Verdadeiro nas afirmações abaixo:

- ( ) A sigla 'Cco', em português, é utilizada para identificar 'cópia oculta'.
  - ( ) Abrir arquivos 'EXE' anexados num email não exige maiores cuidados de segurança.
- |           |           |
|-----------|-----------|
| a) V - V. | c) F - V. |
| b) V - F. | d) F - F. |

15) Utiliza-se 'referências absolutas' para fazer referência a células que não devem ser alteradas quando a fórmula for copiada. Para tanto, se uma célula tem a fórmula = C4\*D9 e queremos criar uma referência absoluta para a coluna D e linha 9, devemos usar:

- |            |            |
|------------|------------|
| a) D\$9\$. | c) \$D9\$. |
| b) \$D\$9. | d) D\$9.   |

16) Quanto aos conceitos básicos de manipulação de arquivos e pastas do Microsoft Windows identifique a alternativa abaixo que esteja **INCORRETA**:

- a) Uma pasta eventualmente pode ficar vazia.
- b) Uma das pastas comuns que o próprio Windows cria automaticamente é a pasta 'Meus Documentos'.
- c) O Windows utiliza ícones para representar e identificar o tipo de um arquivo.
- d) Não se pode criar uma pasta dentro de outra pasta.

17) Quanto a classificação de uma coluna de dados alfanuméricos no Microsoft Excel 2007, assinalar (F) Falso ou (V) Verdadeiro nas afirmações abaixo:

- ( ) é possível classificá-la em ordem alfanumérica decrescente.
  - ( ) pode-se classificar por diferenciação entre maiúsculas e minúsculas.
- |           |           |
|-----------|-----------|
| a) V - V. | c) F - V. |
| b) V - F. | d) F - F. |

18) Por padrão, ao iniciar o Microsoft PowerPoint 2007 ele abre, onde se cria e se trabalha em slides, no modo de exibição chamado:

- |                            |            |
|----------------------------|------------|
| a) Apresentação de Slides. | c) Normal. |
| b) Anotações.              | d) Padrão. |



25) Assinale a alternativa que **NÃO** se encontra em consonância com o que dispõe a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (Lei de Licitações):

- a) A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento subjetivo e dos que lhes são correlatos.
- b) Nos processos de licitação poderá ser estabelecida margem de preferência para certos produtos e serviços.
- c) É nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, salvo o de pequenas compras de pronto pagamento, assim entendidas aquelas de valor não superior R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), feitas em regime de adiantamento.
- d) É dispensável a licitação para obras e serviços de engenharia no valor de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente.

26) Com base no Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966) e na Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, que dispõe sobre a cobrança judicial da dívida ativa da Fazenda Pública, assinale a alternativa correta:

- a) A moratória, o depósito do seu montante integral, as reclamações e os recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo, a concessão de medida liminar em mandado de segurança, a concessão de medida liminar ou de tutela antecipada, em outras espécies de ação judicial e o parcelamento, são hipóteses que suspendem a exigibilidade do crédito tributário e dispensam o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja suspenso, ou dela consequentes.
- b) Ajuizada a execução fiscal, o executado será citado para, no prazo de 15 (quinze) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução.
- c) A Dívida Ativa da Fazenda Pública, compreendendo a tributária e a não tributária, abrange atualização monetária, juros e multa de mora e demais encargos previstos em contrato.
- d) A legislação tributária aplica-se imediatamente aos fatos geradores futuros e aos pendentes, assim entendidos aqueles cuja ocorrência tenha tido início mas não esteja completa nos termos do artigo 116 do Código Tributário Nacional, não podendo ser aplicada em nenhuma hipótese a ato ou fato pretérito, sob pena de violação do princípio constitucional da anterioridade tributária.

27) O art. 150 da Constituição Federal estabelece algumas hipóteses de limitações do Poder de Tributar. Tendo em vista as disposições constitucionais, é **INCORRETO** dizer que é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

- a) Instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos.
- b) Cobrar tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado, no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, ou antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, salvo exceções constitucionais.
- c) Instituir tributos sobre o patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros, templos de qualquer culto, o patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei, bem como sobre livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.
- d) Utilizar tributo com efeito de confisco ou estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais, ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público.

28) Após cada período de 12 (doze) meses de vigência do contrato de trabalho, o empregado terá direito a férias, nas proporções previstas no art. 130 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Com base nas disposições concernentes às férias do trabalhador previstas na CLT, julgue os itens a seguir:

- I. O empregado que não houver faltado do serviço mais de 5 (cinco) vezes durante o período aquisitivo terá direito a 30 (trinta) dias de férias.
- II. O empregado que houver tido de 24 (vinte e quatro) a 32 (trinta e duas) faltas durante o período aquisitivo terá direito a 12 dias de férias.
- III. O período das férias será computado, para todos os efeitos, como tempo de serviço.
- IV. Não será considerada falta ao serviço, para os efeitos do artigo 130 da CLT, a ausência do empregado durante a suspensão preventiva para responder a inquérito administrativo ou de prisão preventiva, quando for impronunciado ou absolvido.

**Estão corretos os itens:**

- a) III e IV, apenas.
- b) I, II e III, apenas.
- c) III, apenas.
- d) I, II, III e IV.

29) Segundo disposto no art. 458 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), além do pagamento em dinheiro, outras utilidades podem compreender o salário do trabalhador. Com base no que dispõe a CLT, assinale a alternativa que arrola exclusivamente utilidades que integram o conceito de salário:

- a) Habitação e vestuário que a empresa, por força do contrato ou do costume, fornecer habitualmente ao empregado.
- b) Educação, em estabelecimento de ensino próprio ou de terceiros, compreendendo os valores relativos à matrícula, mensalidade, anuidade, livros e material didático
- c) Transporte destinado ao deslocamento para o trabalho e retorno, em percurso não servido por transporte público.
- d) Seguros de vida e de acidentes pessoais.

**30) Segundo o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, considera(m)-se Crime(s) Contra a Administração Pública:**

- I. Apropriar-se o funcionário público, de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio, mesmo que para tanto tenha concorrido de forma culposa para o crime de outrem.
- II. Solicitar ou receber dinheiro ou qualquer outra utilidade, a pretexto de influir em juiz, jurado, órgão do Ministério Público, funcionário de justiça, perito, tradutor, intérprete ou testemunha.
- III. Reingressar no território nacional o estrangeiro que dele foi expulso.
- IV. Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida.

**Estão corretos os itens:**

- a) I, II e IV, apenas.
- b) I e IV, apenas.
- c) II e III apenas.
- d) I, II, III e IV.

**31) Com base no Novo Código Civil (Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002), julgue os itens a seguir:**

- I. Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo, averbando-se no registro todas as alterações por que passar o ato constitutivo, decaindo em 3 (três) anos o direito de anular sua constituição, por defeito do ato respectivo, contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro.
- II. Os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar. Já os bens públicos dominicais podem ser alienados e usucapidos, observadas as exigências da lei.
- III. É anulável o negócio jurídico praticado por vício resultante de erro, dolo, coação, estado de perigo, lesão ou fraude contra credores, sendo de 4 (quatro) anos o prazo de decadência para pleitear-se a anulação do negócio jurídico.
- IV. Não corre a prescrição pendendo condição resolutiva, não estando vencido o prazo ou pendendo ação de evicção.

**Estão corretos os itens:**

- a) I e IV, apenas.
- b) II e IV, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.

**32) Com base nas disposições legais em tema de direito comercial, assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) A assembleia-geral de credores prevista no art. 41 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005 (Lei de Falências), será composta por três classes de credores, sendo uma pelos titulares de créditos derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidentes de trabalho, outra pelos titulares de créditos com garantia real e a terceira pelos titulares de créditos quirografários, com privilégio especial, com privilégio geral ou subordinados.
- b) O adquirente do estabelecimento responde pelo pagamento dos débitos anteriores à transferência, desde que regularmente contabilizados, continuando o devedor primitivo solidariamente obrigado pelo prazo de 2 (dois) anos, a partir, quanto aos créditos vencidos, da publicação, e, quanto aos outros, da data do vencimento. Não havendo autorização expressa, o alienante do estabelecimento não pode fazer concorrência ao adquirente, nos 5 (cinco) anos subsequentes à transferência.
- c) Segundo a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que dispõe sobre as Sociedades por Ações, o número de ações preferenciais sem direito a voto, ou sujeitas a restrição no exercício desse direito, não pode ultrapassar 50% (cinquenta por cento) do total das ações emitidas.
- d) O empresário casado pode, sem necessidade de outorga conjugal, qualquer que seja o regime de bens, alienar os imóveis que integrem o patrimônio da empresa ou gravá-los de ônus real.

**33) Assinale a alternativa correta com relação as disposições do Código de Processo Civil relativas à competência:**

- a) Determina-se a competência no momento em que a ação é proposta, sendo irrelevantes quaisquer modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente.
- b) Compete à autoridade judiciária brasileira, com exclusão de qualquer outra, proceder a inventário e partilha de bens, situados no Brasil, ainda que o autor da herança seja estrangeiro e tenha residido fora do território nacional.
- c) A ação fundada em direito pessoal e a ação fundada em direito real sobre bens móveis serão propostas, em regra, no foro do domicílio do réu. Porém, havendo dois ou mais réus, com diferentes domicílios, serão demandados no foro do domicílio do autor.
- d) Argui-se, por meio de exceção, a incompetência absoluta.

**34) Assinale a alternativa correta com relação às regras aplicáveis à Fazenda Pública em juízo:**

- a) A Fazenda Pública tem prazo em dobro para recorrer, conforme disposto no art. 188 do Código de Processo Civil. Porém, se houver litisconsórcio entre mais de um ente público no mesmo processo, com diferentes procuradores, o prazo para recorrer poderá ser contado em quádruplo, com base no art. 191 do Código de Processo Civil.
- b) Em regra, o prazo para a Fazenda Pública apresentar contrarrazões ao recurso de apelação interposto pela parte contrária é de 30 (trinta) dias.
- c) As dívidas passivas da União, dos Estados, Distrito Federal, Municípios, autarquias, fundações públicas, bem como das empresas públicas e sociedades de economia mista por eles mantidas ou subvencionadas, seja qual for a sua natureza, prescrevem em cinco anos contados da data do ato ou fato do qual se originarem, nos termos do Decreto-Lei nº 20.910, de 6 de janeiro de 1932.
- d) A Fazenda Pública sujeita-se ao efeito processual da revelia, caso citada, não apresente contestação dentro do prazo legal.

**35) Nos termos do art. 475 do Código de Processo Civil, está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal, a sentença proferida contra a União, o Estado, o Distrito Federal, o Município, e as respectivas autarquias e fundações de direito público. Assinale a alternativa cuja hipótese descrita **NÃO** se sujeita ao chamado reexame necessário:**

- a) Sentença que julgar improcedentes, no todo ou em parte, os embargos à execução interpostos pela Fazenda Pública com base no art. 741 do Código de Processo Civil.
- b) Sentença que julgar procedentes, no todo ou em parte, os embargos à execução de dívida ativa da Fazenda Pública (art. 585, VI).
- c) Sentença ilíquida cujo valor da causa for inferior a 60 (sessenta) salários mínimos.
- d) Sentença que estiver fundada em jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

**36) Tendo em vista o disposto na Nova Lei do Mandado de Segurança (Lei nº 12.016, de 7 de agosto de 2009) assinale a alternativa correta:**

- a) Não cabem, no processo de mandado de segurança, a interposição de embargos infringentes.
- b) Cabe mandado de segurança contra os atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas, de sociedade de economia mista e de concessionárias de serviço público.
- c) No mandado de segurança, o Ministério Público será ouvido, na condição de *custus legis*, no prazo de 5 (cinco) dias.
- d) O direito de requerer mandado de segurança extingue-se-á decorridos 180 (cento e oitenta) dias, contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado.

**37) Assinale a alternativa INCORRETA acerca da disciplina jurídica da Ação Civil Pública prevista na Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985:**

- a) A lei reconhece legitimidade ativa para propor a ação civil pública à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, suas autarquias e fundações, e também às empresas públicas e sociedades de economia mista.
- b) A requerimento de pessoa jurídica de direito público interessada, e para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia pública, poderá o Presidente do Tribunal a que competir o conhecimento do respectivo recurso suspender a execução da liminar, em decisão fundamentada, da qual caberá agravo para uma das turmas julgadoras, no prazo de 15 (quinze) dias a partir da publicação do ato.
- c) O Ministério Público poderá instaurar, sob sua presidência, inquérito civil, ou requisitar, de qualquer organismo público ou particular, certidões, informações, exames ou perícias, no prazo que assinalar, o qual não poderá ser inferior a 10 (dez) dias úteis.
- d) É possível a propositura de ação civil pública por associação que esteja constituída há menos de 1 (um) ano.

**38) Com base na Lei nº 4.717, de 29 de junho de 1965, que regula a Ação Popular, assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) A ação será proposta contra as autoridades, funcionários ou administradores que houverem autorizado, aprovado, ratificado ou praticado o ato impugnado, ou que, por omissas, tiverem dado oportunidade à lesão, e contra os beneficiários diretos do mesmo.
- b) A lei prevê possibilidade de prorrogação do prazo de contestação a requerimento do interessado.
- c) A sentença, quando não prolatada em audiência de instrução e julgamento, deverá ser proferida dentro de 15 (quinze) dias do recebimento dos autos pelo juiz. O magistrado que não proferir a sentença dentro do prazo ficará proibido de ser incluído na lista de merecimento para promoção, durante 2 (dois) anos, e, ainda, perderá, para efeito de promoção por antiguidade, tantos dias quantos forem os do retardamento, salvo motivo justo, declinado nos autos e comprovado perante o órgão disciplinar competente.
- d) A sentença que julgar procedente a ação está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal.

**39) Segundo dispõe a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, assinale a alternativa correta:**

- a) Classificam-se como Despesas de Custeio as dotações para as quais não corresponda contraprestação direta em bens ou serviços, inclusive para contribuições e subvenções destinadas a atender à manifestação de outras entidades de direito público ou privado.
- b) Os créditos adicionais suplementares são aqueles destinados a cobrir despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica.
- c) Considera-se transferências de capital, as aquisição de imóveis, ou de bens de capital já em utilização, bem como aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital.
- d) São Receitas de Capital as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital e, ainda, o superávit do Orçamento Corrente.

**40) Com base na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000), assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a doze meses.
- b) A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.
- c) A despesa com pessoal ativo e inativo dos Municípios não poderá exceder a 60% (sessenta por cento) da receita corrente líquida. Este é o mesmo percentual aplicável aos Estados.
- d) Considera-se dívida pública consolidada ou fundada o montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses.